

Seminário debate solução para precários

Para debater a situação dos professores precários da USP, será realizado dia 8 de abril, quinta-feira, às 10 horas, um seminário especial organizado pela reitoria com a participação da Associação dos Docentes da USP. O Conselho de Representantes da AduSP, reunido dia 17 deste mês, decidiu encaminhar à reitoria a seguinte sugestão de pauta para o seminário: a) informes sobre a situação dos precários (âmbito estadual e da USP) e concursos já realizados; b) como se darão as novas contratações de professores na USP; c) o que fazer com os contratos precários atuais, e d) aposentadoria dos professores precários. Até o fechamento desta edição, o local do seminário ainda não havia sido confirmado.

Em dezembro passado, durante reunião com o CR da AduSP, o reitor Jacques Marcovitch havia se comprometido em realizar este seminário.

GT Educação

A diretoria da AduSP pretende retomar as atividades do Grupo de Trabalho de Educação. A razão se prende ao acúmulo de assuntos educacionais envolvendo desde o ensino fundamental até a graduação e pós-graduação. Com relação à universidade, podemos apontar: autonomia universitária, diretrizes curriculares, ensino pago, avaliação da Capes, corte de recursos, reativação do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, entre outros temas. A reunião foi marcada para 16 de abril, sexta-feira, às 16 horas, na sede da AduSP.

Naquela ocasião ele disse que, até março deste ano, seriam concluídos os concursos para os precários com 15 anos ou mais de USP, num total de 292 cargos, e que a reitoria estava estudando a possibilidade de abrir concursos para o preenchimento das vagas dos precários com 10 ou mais anos de universidade. Durante o seminário a reitoria deverá anunciar o resultado desse estudo.

No dia 25 deste mês, a partir das 15 horas, no Anfiteatro Lucien Lison, no prédio da Faculdade de Filosofia de Ribeirão Preto, a regional da AduSP daquele campus estará promovendo um debate sobre contratos precários. Participarão o presidente da AduSP, Jair Borin, o vice, Marcos N. Magalhães e o diretor regional Jairo Kenupp Bastos.

Reunião - Dia 3 deste mês, os diretores da AduSP, Jair Borin e Marcos N. Magalhães, acompanhados da advogada da entidade, Lilian

Ribeiro, e do professor Francisco Miraglia, ex-presidente da AduSP, foram recebidos em audiência pelo reitor Jacques Marcovitch para tratar da questão dos precários. Segundo Marcovitch, a solução para este tipo de contratação está sendo estudada no âmbito do governo estadual, que tem 200 mil autárquicos não efetivados. Para o reitor, uma das alternativas é a criação de um quadro em extinção — proposta que a AduSP vem defendendo há anos.

Informativo Especial

Por ocasião do seminário dos precários, a AduSP estará publicando um Informativo especial sobre o tema. Contribuições, de, no máximo, 3 mil caracteres, podem ser enviadas através do e-mail adusp@adusp.org.br até o dia 31 deste mês.

Fórum pressiona deputados

Diretores das associações docentes e dos sindicatos de trabalhadores das universidades estaduais paulistas estiveram na Assembléia Legislativa durante a posse dos novos deputados estaduais, no dia 15 deste mês. Com o propósito de iniciar o debate sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — que tem de ser votada ainda neste semestre para entrar em vigor no ano 2.000 —, os diretores das entidades visitaram diversos deputados e procuraram sensibilizá-los para a crise das universidades estaduais. Próximo às principais entradas da Assembléia Legislativa o Fórum estendeu faixas reivindicando mais investimento em educação no Estado.

Confisco de salários

O governador Mário Covas deve encaminhar à Assembléia Legislativa nos próximos dias, em regime de urgência, projeto de lei que cria o Sistema Previdenciário para o Servidor Público Estadual, que inclui professores e funcionários das universidades estaduais paulistas. O governo trabalha com escalas de alíquotas que variam entre 8 e 20,6%, conforme o salário. Com os 2% do IAMSP, um professor universitário da USP arcará com uma alíquotas de 17%, ou seja, 9% a mais do que recolhe atualmente.

Manifestação

O Fórum das Seis está debatendo esta questão e convida todos os docentes e funcionários para a "Passeata em Defesa do Brasil", dia 26 deste mês. Os manifestantes estarão se concentrando na avenida Paulista (prédio da TV Gazeta), às 15 horas, e o encerramento está previsto para a praça da Sé, no início da noite.

Capes

Corte de verba implantado pelo governo aos organismos de fomento à pesquisa atinge não só a distribuição de bolsas. Na USP, a Capes (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) cortou 75% da verba destinada à Biblioteca Integrada da Faculdade de Ciências Farmacêuticas e do Instituto de Química. Além disso, foi a própria Capes que determinou quais publicações deveriam ter suas assinaturas renovadas. Este problema parece ser generalizado e deverá atingir indistintamente todas as áreas da USP.

Cartas

Quase vivendo fatos passados

Na noite de segunda-feira, 8 de março, a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo foi objeto da presença da Polícia Militar em suas dependências, fazendo recordar os piores momentos do regime militar, como o que ocorreu por ocasião da invasão da PUC.

Nessa noite, o ministro Pedro Malan havia sido convidado para proferir a aula magna do presente ano letivo. A possibilidade de sua presença na FEAUSP ensejou uma manifestação de estudantes contrários à atual política econômica implementada pelo governo federal. O ministro Pedro Malan não compareceu, mas mesmo assim as manifestações prosseguiram, tendo os estudantes se aglomerado no anfiteatro da faculdade. Em meio ao tumulto, alguns vidros haviam sido quebrados.

Sob a alegação de um telefonema anônimo, a Polícia Militar deslocou seis viaturas que permaneceram estacionadas ao lado da faculdade. Alguns policiais adentraram ao recinto da faculdade sob o



argumentos de que estavam ali para investigar uma denúncia de depredação do patrimônio público. Esta estória é por demais conhecida de todos aqueles que viveram sob o regime militar. Ou seja, basta um telefonema anônimo e, sob o argumento de depredação do patrimônio público, justifica-se a repressão às manifestações estudantis. Após muitos protestos por parte de professores e alunos, com relação à presença da PM no campus, os policiais militares retiraram-se, evitando-se, com isso, um confronto de conseqüências imprevisíveis pois o auditório, com capacidade para 500 ouvintes, estava lotado.

Este fato nos remete à quebra da autonomia universitária, implementada há algum tempo atrás. Como se sabe, foi permitida a presença da PM no campus devido a

inúmeros casos de estupro, roubos, assaltos e assassinatos. É necessário, em relação aos fatos ocorridos na FEAUSP, que a reitoria da USP se pronuncie sobre as condições em que é permitida a presença da Polícia Militar no campus. Esse é um esclarecimento necessário para que a comunidade recobre a tranqüilidade, após os acontecimentos do dia 8 de março. Parece inaceitável, para a comunidade acadêmica, que se permita a entrada da PM no campus para conter manifestações estudantis pacíficas. Por outro lado, é necessário que a Polícia Militar prepare, de forma mais adequada, os seus membros para que possam abandonar atitudes belicosas e procurar com serenidade e sapiência lidar com situações como a que ocorreu na FEAUSP. Os policiais, ali presentes, apesar de saberem de que se tratava de uma manifestação estudantil, insistiam em averiguar a denúncia anônima de depredação do patrimônio público. É necessário maturidade por parte dos policiais militares, para que tristes acontecimentos ocorridos sob o regime militar não venham a se repetir num regime democrático.

Armênio Rangel
Professor da FEAUSP

Despedida

Informo-lhes que minha demissão da Escola de Educação Física e Esporte (EEFE) foi deferida pela chefia do departamento ao qual eu pertencia, bem como pela diretoria da EEFE. Sendo assim, estou formalmente desligado da Universidade de São Paulo.

Eu não poderia jamais sair em "brancas nuvens", sem me despedir e, principalmente, sem agradecer a todos da Adusp por todo o apoio, confiança e seriedade com que vocês trataram dos casos com os quais estive envolvido - o problema da não aceitação de minha dissertação e da redução sumária de meu regime de trabalho. Nos dois casos, quero deixar testamentado que a atuação de vocês foi crucial para a resolução de ambos. Sendo assim, nutro por todos uma gratidão que é difícil de exprimir.

Em verdade e pensando de maneira coletiva, quem agradece é a Universidade Pública e Gratuita - bandeira e princípio fundamental da atuação da Adusp -, pois foi com base nessa premissa que se deu a intervenção de vocês em meu caso, bem como de muitos outros colegas. Oxalá o processo de representação sindical venha a fortalecer-se cada vez mais, em benefício da própria USP.

Edison R. Oyama.

Debate em Ribeirão

Para o primeiro semestre deste ano, a comissão organizadora do projeto "Conversas na Capela", realização da Adusp Ribeirão Preto, está propondo debater o tema Cultura. Serão analisadas a política cultural brasileira, o papel da imprensa e a produção cultural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O objetivo deste projeto é o de proporcionar à comunidade do campus Ribeirão a oportunidade de discutir questões que fazem parte do cotidiano da sociedade brasileira.

Pirassununga

Desde o início deste ano está em funcionamento a sede regional da Adusp em Pirassununga. Instalada na Av. Duque de Caxias Norte, 225, campus da USP, a Adusp-Pirassununga tem como diretor o professor Antonio César Fagundes e está aberta ao público entre 11 e 15 horas.

Caso Zinsly

Em sua reunião do dia 23, o Conselho Universitário (CO) volta a discutir o caso do professor João Rubens Zinsly. Ele foi demitido por decisão do CO após longo processo administrativo. A Congregação da Esalq, unidade à qual o professor Zinsly estava vinculado, encaminhou ao reitor Jacques Marcovitch pedido de reconsideração da sua demissão. Após tramitação na CJ e CLR, chega ao CO para votação a abertura de processo revisório acompanhado (ou não) de efeito suspensivo da demissão.

Mais um golpe na Previdência?

Alguns colegas ficaram preocupados com as fórmulas que determinam o tempo necessário para aposentadoria com salário integral, divulgadas pelo boletim da Adusp e pelo documento que relata o debate sobre a Previdência, realizado em dezembro de 98.

As fórmulas originam-se de palestra proferida por uma das representantes da reitoria da USP no debate, Prof^a Dr^a Helena M. C. Carmo Antunes, antiga diretora do Departamento de Recursos Humanos da USP, aparecendo também no texto aprovado pelo Congresso em 15/12/98.

I) O que (talvez) seria razoável: Suponha que uma mulher já tenha trabalhado x anos na data de promulgação da Remenda da Previdência. Supondo que a passagem para 30 anos é defensável, esta pessoa teria trabalhado $\frac{x}{25}$ do tempo necessário para aposentadoria no regime anterior. Ao passar o limite para 30 anos, é razoável converter x no ponto do intervalo $[0,30]$ que corresponde a $\frac{x}{25}$ de 30, ou seja,

$$30 \cdot \frac{x}{25} = \frac{6}{5}x = 1,2x \text{ anos}$$

Assim, o coeficiente 1,2 não é mágico: corresponde a converter, linearmente, o tempo trabalhado na "base" 25 para "base" 30.

Para os homens é análogo, isto é, x anos trabalhados até a data fatídica serão convertidos em

$$35 \cdot \frac{x}{30} = \frac{35}{30}x = 1,17x \text{ anos}$$

No relato da Diretora de Recursos Humanos da USP, os 20% e os 17% são chamados, pasmem senhoras e senhores, de bônus!!

Conseqüentemente, o tempo que falta (em anos) para aposentadoria integral no novo regime seria, respectivamente,

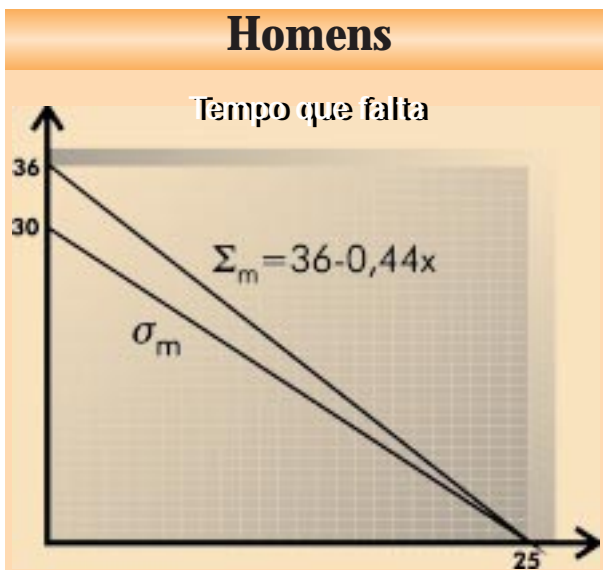
$$\sigma_m(x) = 30 - 1,2x \text{ para mulheres}$$

$$\sigma_h(x) = 35 - 1,17x \text{ para homens}$$

onde x é o número de anos trabalhados até a promulgação da remenda. Portanto, o tempo total de trabalho para aposentadoria integral seria

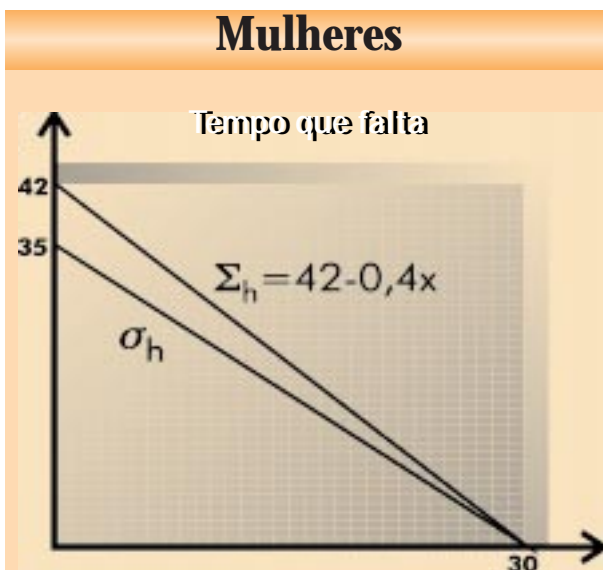
$$\tau_m(x) = 30 - 1,2x + x = 30 - 0,2x \text{ para mulheres}$$

$$\tau_h(x) = 35 - 1,17x + x = 35 - 0,17x \text{ para homens}$$



anos	regime anterior	(I)	(II)
AE*			
0	30	35	42
5	30	34,2	40
10	30	33,3	38
15	30	32,5	36
20	30	31,6	34
25	30	30,8	32
30	30	30	30

* Até a Remenda (15/12/98)



anos	regime anterior	(I)	(II)
AE*			
0	25	30	42
5	25	29	40
10	25	28	38
15	25	27	36
20	25	26	34
25	25	25	32

II) As contas da Remenda:

Para um homem que trabalhou x anos até a aprovação ter aposentadoria integral, o tempo total de trabalho necessário passou a ser

$$35 + 0,2(35 - 1,17x) \quad (F)$$

enquanto que o tempo que falta para trabalhar é dado pela diferença entre (F) e o tempo "bonificado" de $1,17x$, isto é,

$$35 + 0,2(35 - 1,17x) - 1,17x = 1,2(35 - 1,17x)$$

Sei, sei. Pegaram o tempo que talvez fosse razoável (veja (I), acima) e pioraram em 20%. Por que será que não estou surpreso?

A fórmula para as mulheres é análoga, com 1,2 no lugar de 1,17. Logo, quem tem x anos até 15/12/98, o tempo que falta trabalhar (em anos) para aposentadoria integral passa a ser

$$\Sigma_m(x) = 1,2(30 - 1,2x) = 36 - 1,44x \text{ para mulheres} \quad (BF)$$

$$\Sigma_h(x) = 1,2(35 - 1,17x) = 42 - 1,40x \text{ para homens}$$

Mas note que

$$\frac{36}{25} = 1,44 \text{ e } \frac{42}{30} = 1,4$$

Ou seja, o autor destas contas usou o mesmo princípio que utilizei na parte I, só que com base em 36 anos para as mulheres e 42 anos para os homens!!!

Correspondente aos Σ em (BF), temos as equações do tempo total de trabalho para aposentadoria integral em função de x :

$$T_m(x) = 1,2(30 - 1,2x) + x = 36 - 0,44x \text{ para mulheres}$$

$$T_h(x) = 1,2(35 - 1,17x) + x = 42 - 0,40x \text{ para homens}$$

Os gráficos ao lado descrevem as funções σ e Σ . As tabelas dão exemplos numéricos do total de anos de trabalho necessários para aposentadoria integral no regime anterior, segundo a idéia em (I) ($\tau(x)$) e de acordo com a puxada de tapete descrita em (II) ($T(x)$).

E agora, como reagir?

Este estudo é um trabalho elaborado pelo professor Francisco Miaglia, do Instituto de Matemática e Estatística (USP).

Andes realiza seu maior Congresso

Cerca de 400 delegados de docentes eleitos em assembleias nas suas associações compareceram a Fortaleza, entre 25 de fevereiro e 2 de março, para as atividades do maior congresso já realizado pela Andes. Durante os debates dos textos de resolução que nortearam o 18º Congresso da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), ficou patente a posição majoritária dos delegados contra a política econômica, social e educacional conduzida por Fernando Henrique Cardo-

so, que está levando o Brasil à maior quebradeira de sua história.

Fora FHC, fora o FMI e não pagamento das dívidas interna e externa foram os principais eixos de luta aprovados pela maioria dos delegados presentes nas sessões plenárias do congresso. Outro tema polêmico discutido no encontro foi a Proposta de Emenda Constitucional 370, que desobrigaria o governo federal da manutenção direta das universidades federais. Prevaleceu nas decisões da plenária final a posição dos setores que se



Membros da delegação da Adusp no 18º Congresso da Andes

opõem à atual diretoria do Andes, pela auto-aplicabilidade do artigo 207 da Cons- tituição Federal, que assegura a autonomia das universidades federais.

Principais trechos da Carta de Fortaleza

Depois de quatro anos aplicando a cartilha neoliberal – abertura comercial e financeira, desmonte do Estado, desregulamentação do mercado de trabalho e desnacionalização da economia –, o governo de Fernando Henrique Cardoso lançou o país na maior crise econômica e social de sua história. As condições gerais do país, hoje, são muito piores do que aquelas de quatro anos atrás. O desemprego, a concentração de renda e a exclusão social cresceram vertiginosamente.

Um elemento central da atual conjuntura é o ataque à Universidade. O governo procura desmontar a Universidade, cortando recursos e não repondo as vagas de docentes. Além disso, ataca a Autonomia Universitária. A PEC 370 aparece como um golpe de morte na Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade. Lutamos contra essa Emenda Constitucional, por ela representar a destruição do sistema federal de ensino superior e ser totalmente contrária à concepção de Universidade que sempre foi defendida pelo Movimento Docente. Paralelamente, o governo tem criado toda uma legislação que afronta a Autonomia Universitária. O principal exemplo é a lei que trata da eleição dos dirigentes universitários. Precisamos fazer valer o conceito de au-

to-aplicabilidade consagrado no artigo 207 da Constituição Federal.

Para o ano em curso, impõe-se a luta por políticas educacionais e de Ciência e Tecnologia que contemplem a recomposição de seu orçamento de acordo com prioridades, democrática e participativamente estabelecidas pela sociedade. Queremos uma política de C&T autônoma, que promova a emancipação da maioria da população brasileira na perspectiva do trabalhador e da justiça social, visando a plena satisfação das necessidades básicas e o melhor aproveitamento de nossas riquezas naturais e do nosso mercado interno.

O Congresso da ANDES, frente a essa grave conjuntura, aponta para o Movimento Docente a necessidade de reagir energeticamente contra a continuidade da política de FHC. Precisamos construir uma Greve Geral, que catalise o crescente descontentamento popular com o quadro que se desenha. Na Greve Geral, vai se dar a unidade dos setores progressistas contra o projeto neoliberal. Essa unidade, construída na luta, será fundamental para que construamos um programa de transformações sociais e econômicas no campo democrático e popu-

lar, suficiente para atender às necessidades básicas da maioria da população brasileira.

Para tanto, é fundamental a consolidação de nosso arco de alianças.

A luta que se apresenta é das mais agudas. Precisamos reunir todas as forças progressistas para derrotar o projeto de FHC e do FMI. Temos que dizer não ao pacto social, que só serve para socializar os prejuízos e os custos de uma política subserviente promotora de ajustes fiscais sucessivos para pagar altas taxas de juros.

Por tudo isto, a ANDES conclama os professores e a sociedade a se engajarem em um amplo movimento para dar um fim a estas políticas de destruição da universidade e da sociedade e que só aumentam a ignorância, a fome e a miséria.

As resoluções aprovadas neste 18º Congresso representam o amadurecimento da nossa elaboração teórica. E a unidade construída na práxis será a gestora de uma universidade pública, gratuita, democrática, de qualidade e de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Basta das políticas neoliberais do governo FHC! Fora o FMI!

Fortaleza, 2 de março de 1999

Eleições na Adusp

A diretoria da Adusp está abrindo o processo para a eleição da nova diretoria que conduzirá a entidade nos próximos dois anos. Na mesma ocasião serão realizadas eleições para o Conselho de Representantes da Adusp em algumas unidades da USP. Nas próximas semanas será indicada a Comissão Eleitoral, que definirá os prazos de cada uma das etapas do pleito. As decisões desta comissão serão divulgadas pelos veículos de comunicação da Adusp.